

Conselho aprova desestatizações

Programa de Parceria de Investimentos qualifica companhias Docas do Rio e do Pará para estudos de privatização

ANDERSON FIRMINO

DA REDAÇÃO

O Conselho do Programa de Parceria de Investimentos (CPPI) do Ministério da Economia aprovou a qualificação das companhias docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e do Pará (CDP). Com isso, as Autoridades Portuárias dos dois estados estão aptas a entrar no processo de desestatização projetado pelo Governo Federal.

Estão incluídos, no caso da CDRJ, os portos do Rio de Janeiro, Itaguai, Niterói e Angra dos Reis. Já na companhia paraense, fazem parte os portos de Belém, Vila do Conde e Santarém.

Nos dois casos, a concessão do serviço público de administração dos portos poderá ser feita de forma associada à transferência do controle acionário das companhias. Caberá ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a execução e acompanhamento das medidas de desestatização.

Já a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) acompanhará os estudos técnicos contratados pelo BNDES e aprovará



Porto do Rio de Janeiro tem como gestora a CDRJ, que Governo quer conceder para a iniciativa privada

contrato de concessão do serviço portuário. Enquanto isso, o Ministério da Infraestrutura deverá coordenar e monitorar as medidas de desestatização, além de validar os produtos parciais e finais dos estudos.

“Até o final do ano, vamos

qualificar todos os portos públicos para privatização. São duas companhias importantes, superavitárias, que também deverão ser privatizadas”, afirma o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, na última terça-feira, ao partici-

par do Summit Antaq 20 anos, realizado pelo Grupo Tribuna em Santos.

O secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mario Povia, também saudou a certificação da CDRJ e da CDP ao Programa de Participações e Inves-

timentos. “Há, ainda, a Companhia Docas da Bahia (Codeba), que administra os portos de Salvador, Aratu/Candeias e Ilhéus”, complementa. Os portos de Itajai (SC) e São Sebastião também estão na lista de complexos a terem suas gestões privatizadas.

CODESA

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, lembrou, também durante o Summit, que a assinatura do contrato de concessão da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) foi assinado na terça-feira. “Foi uma feliz coincidência, um dia histórico”.

A concessão, a cargo da empresa Quadra Capital, será por 35 anos, prorrogável por mais cinco. O modelo é usado como parâmetro na tramitação da desestatização do cais santista. Além disso, Nery lembrou que, ao todo, foram 18 leilões de arrendamentos portuários realizados em 2020 e 2021, com expectativa de R\$ 4 bilhões de investimentos. “Não é só o dinheiro, mas também deve trazer modernidade e eficiência”.